

CONCURSO PÚBLICO

Nível Superior

CARGO

3

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA: ADMINISTRATIVA

MANHÃ

CADERNO F

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno e os dados identificadores do seu cargo coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto ao tipo de caderno ou quanto aos dados identificadores do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Compreender é o começo da aprovação.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **22/4/2009**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br.
- II **23 e 24/4/2009** – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **22/5/2009** – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 **Cult** — O que significa exatamente “capitalismo do desastre”?

Naomi Klein — Veja o que aconteceu após o furacão Katrina, exemplo clássico do capitalismo do desastre. Não considero o Katrina um desastre “natural” porque envolveu uma clara omissão do Estado — no sentido de que as barragens estavam deterioradas. Imediatamente depois do ocorrido, um político republicano, Richard Baker, disse “não pudemos limpar os projetos de conjuntos habitacionais, mas Deus fez isso por nós”. Isso é o capitalismo do desastre! É uma ideia muito velha, que já existia na mentalidade colonial. Na América do Norte, os colonos que ocuparam a Nova Inglaterra tinham uma teoria religiosa sobre a varíola, pois a causa principal de mortalidade dos índios era a doença. Nos diários da época, falava-se da moléstia como uma dívida de Deus. De diversas maneiras, estavam usando a mesma formulação que o político republicano. Quando a varíola acabou com diversas comunidades dos iroquois e a terra deles foi invadida pelos colonos, Deus foi invocado, e o desastre foi visto como um ato divino. Então, sim, isso não é novidade. Mas, o que há de novo aqui, e que vimos em Nova Orleans, é que não apenas o desastre foi utilizado para a privatização do sistema educacional e habitacional, mas a resposta ao próprio desastre foi vista como oportunidade de mercado. E essa é realmente a última fronteira para o neoliberalismo. Todas as partes do estado foram privatizadas: estradas, eletricidade, telefone, água. Haviam sobrado apenas as funções fundamentais: os militares, a polícia, os bombeiros. Mas agora estamos assistindo ao surgimento de um complexo do capitalismo do desastre: negócios que dependem diretamente desse conjunto de crises e desastres.

Naomi Klein. *Resistindo ao choque*. In: *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo: Bregantini, n.º 125, jun./2008, p. 10 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas do texto acima, que é parte de uma entrevista de Naomi Klein à revista **Cult**, julgue os itens a seguir.

- 1 A entrevistada considera o furacão Katrina um exemplo clássico do capitalismo do desastre, porque sua ocorrência está relacionada à omissão do Estado.
- 2 Para a entrevistada, o capitalismo do desastre promove, além da privatização de bens públicos, a criação de um mercado que se alimenta dos desastres e das crises do próprio sistema.
- 3 O trecho “Veja o que aconteceu” (l.3) é exemplo de um dos elementos característicos de entrevistas: o recurso de o interlocutor dirigir a mensagem diretamente ao seu receptor.
- 4 A grafia diferenciada de “Estado” (l.6) e “estado” (l.26) indica a diferença de sentido entre as palavras no texto, as quais remetem, respectivamente, ao ente que governa e à concreta unidade da federação: Nova Orleans.
- 5 Segundo a entrevistada, a fala do político republicano — trecho entre aspas nas linhas de 8 a 10 — e o discurso dos diários da colonização norte-americana, em nome de interesses econômicos, naturalizam e justificam desastres como o furacão e a dizimação da população provocada pela varíola, ao considerá-los obras divinas.

1 No novo mundo e em especial no Brasil, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória, o senhor podia tomar qualquer decisão quanto à vida de seu escravo, conforme seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, cegá-lo, suplicia-lo com chibatadas ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto: o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual; muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara definia sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão longeva acabou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restava apenas a sua cor, definitivamente associada ao trabalho pesado e degradante. A imagem do trabalho e do trabalhador consolidada ao longo da escravidão fez-se, portanto, da sobreposição de hierarquias sociais de cor, de *status* social associado à propriedade e de dominação material e simbólica, em uma mescla de sentidos que convergiram para a percepção do trabalho manual como algo degradado. Dizendo-o de modo mais enfático, a ética do trabalho oriunda da escravidão foi uma ética de desvalorização do trabalho, e seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas. Esse quadro de inércia estrutural configurou o ambiente em que se teceu a sociabilidade capitalista no país.

Adalberto Cardoso. *Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social*. In: *Novos estudos – CEBRAP*. São Paulo: UNESP, n.º 80, mar./ 2008, p. 25 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e das estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 De acordo com o texto, a dominação imposta pela escravidão foi simbólica, pois, desvinculada das condições materiais da produção escravista, atribuiu um sentido degradante ao trabalho escravo.
- 7 Nas linhas 1 e 2, as vírgulas são empregadas para isolar oração intercalada que destaca a especificidade da escravidão no Brasil.
- 8 A significação do vocábulo “coisificara” (l.9) remete ao processo de despersonalização do negro transformado em mercadoria pela escravidão.
- 9 A expressão “tanto mais quanto” (l.10) indica a relação de proporcionalidade entre a liberdade do senhor de dispor da vida de seu escravo e o alto fluxo de escravos no mercado.
- 10 Considerando-se o contexto da escravidão abordado no texto, a expressão “à propriedade” (l.19) poderia ser substituída por **ao imóvel**, uma vez que o substantivo “propriedade” refere-se às terras, um bem fixo dos grandes proprietários rurais.

- 1 13 DE JUNHO... Vesti as crianças e eles foram para a escola. Eu fui catar papel. No Frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo. (...) Os preços aumentam igual
4 as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista. A lentilha está a 100
7 cruzeiros o quilo. Um fato que alegrou-me imensamente. Eu dancei, cantei e pulei. E agradei o rei dos juizes que é Deus. Foi em janeiro quando as águas invadiu os armazens e
10 estragou os alimentos. Bem feito. Em vez de vender barato, guarda esperando alta de preços: Vi os homens jogar sacos de arroz dentro do rio. Bacalhau, queijo, doces. Fiquei com
13 inveja dos peixes que não trabalham e passam bem.

Carolina Maria de Jesus. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2004, p. 54 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens seguintes.

- 11 A indicação da data da escrita, o emprego da primeira pessoa do singular e a exposição de fatos reais permitem caracterizar o texto como um diário, embora se verifique no texto, também, o emprego da linguagem conotativa, típica do texto literário.
- 12 O emprego do sinal indicativo de crase em “as ondas” (l.4) é facultativo, uma vez que a palavra “igual” (l.3), que equivale a **como**, dispensa a preposição.
- 13 O ponto final logo após as orações coordenadas “dancei, cantei e pulei” (l.8) pode ser substituído por vírgula sem prejuízo gramatical ou de sentido, desde que a conjunção “E” (l.8) seja escrita em minúscula.
- 14 O referente da forma verbal “guarda” (l.11) é a expressão “o atacadista” (l.6).

Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte

- 1 Corte, 20 de setembro de 1875.
- 2 Desculpe V. Ex.^a o tremido da letra e o desganhado do estilo; entendê-los-á daqui a pouco. Hoje, à tardinha,
4 acabado o jantar, enquanto esperava a hora do Cassino, estirei-me no sofá e abri um tomo de Plutarco. V. Ex.^a, que foi meu companheiro de estudos, há de lembrar-se que eu,
7 desde rapaz, padeci esta devoção ao grego; devoção ou mania, que era o nome que V. Ex.^a lhe dava, e tão intensa que me ia fazendo reprovar em outras disciplinas. Abri o
10 tomo, e sucedeu o que sempre se dá comigo quando leio alguma coisa antiga: transporto-me ao tempo e ao meio da ação ou da obra. Foi o que se deu hoje. A página aberta
13 acertou de ser a vida de Alcebiades. (...) Juro a V. Ex.^a que não acreditei; por mais fiel que fosse o testemunho dos sentidos, não podia acabar de crer que tivesse ali, em minha
16 casa, não a sombra de Alcebiades, mas o próprio Alcebiades redivivo. Nutri ainda a esperança de que tudo aquilo não fosse mais do que o efeito de uma digestão mal rematada, um
19 simples eflúvio do quilo, através da luneta de Plutarco.(...) Alcebiades olhou para mim, cambaleou e caiu. Corri ao ilustre ateniense, para levá-lo, mas (com dor o digo) era
22 tarde; estava morto, morto pela segunda vez. Rogo a V. Ex.^a se digne de expedir suas respeitáveis ordens para que o cadáver seja transportado ao necrotério, e se proceda ao
25 corpo de delito, relevando-me de não ir pessoalmente à casa de V. Ex.^a agora mesmo (dez da noite) em atenção ao profundo abalo por que acabo de passar, o que aliás farei
28 amanhã de manhã, antes das oito.

Machado de Assis. **Uma visita de Alcebiades**. In: **50 contos de Machado de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 91-8 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto **Carta do desembargador X... ao chefe de polícia da Corte** e à redação de correspondências oficiais, julgue os itens subsequentes.

- 15 O título, o formato e o assunto do texto permitem que ele seja classificado como reprodução exemplar de uma correspondência oficial do século XIX no Brasil.
- 16 O texto prima pela clareza, pela concisão e pelo necessário domínio da norma culta da língua portuguesa, preconizados pelas normas atuais da correspondência oficial.
- 17 A aproximação entre o formato de correspondência usada em órgãos públicos e o assunto de âmbito da vida privada, que caracteriza o estilo irônico da carta do desembargador X, é um procedimento inaceitável segundo os parâmetros atuais da redação oficial.
- 18 O fato de o objetivo da carta do desembargador X estar claramente expresso no final da missiva demonstra uma característica do texto que é exigida pelas normas atuais de correspondência oficial: a objetividade.
- 19 O acontecimento informado pelo remetente ao destinatário — a visita de Alcebiades — ocorreu, como ele afirma, graças à sua transposição para o tempo e lugar da obra de Plutarco.
- 20 Em “padeci esta devoção ao grego” (l.7), não haveria prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto, se fosse empregada a palavra **desta** em lugar de “esta”.

Texto para os itens de 21 a 31

A crise oriunda da toxicidade dos capitais, fato global mais relevante da segunda metade de 2008, ao migrar para as atividades produtivas já no fim do mesmo ano, aprofundou-se e alastrou-se geograficamente. Quase não houve surpresa, para o observador comum dos fatos globais, seu efeito dominó nos primeiros meses de 2009. A África naturalmente não está imune. A retração chinesa teve impacto no continente. O avanço dos capitais do Golfo Pérsico, no entanto, compensou o crédito e o financiamento infraestrutural dos novos projetos do NEPAD, a iniciativa africana de desenvolvimento sustentável e de incorporação social dos mais vulneráveis.

José Flávio Sombra Saraiva. **A África e o outro lado da crise**. In: **Correio Braziliense**, 22/2/2009, p. 17 (com adaptações).

Considerando o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens que se seguem.

- 21 A crise internacional que se estende pelo mundo desde fins de 2008, originada na economia real, moveu-se para o sistema financeiro.
- 22 Os impactos da crise de que trata o texto, embora muito fortes nas economias do Sul, tiveram pouca repercussão nos países do Norte.
- 23 No caminho da crise internacional, a economia do Japão recuou para os níveis da recessão que se presenciou a partir de 1970.
- 24 Com raízes advindas das desregulamentações financeiras dos anos anteriores e, iniciada em 2008, a crise econômica atual já apresenta encaminhamento organizado e sistêmico, com soluções multilaterais consensuais à vista entre governos e empresas.
- 25 Na China, vulnerável diante da dependência das exportações como fator relevante no seu PIB, vê-se crescimento mais lento nos primeiros meses de 2009.

Ainda com relação aos impactos da crise a que o texto se refere, especificamente no contexto africano e latino-americano, julgue os itens a seguir.

- 26** A América Latina está alheia ao processo de deterioração das economias do Norte, ao seguir sua rota de crescimento econômico intocável.
- 27** Em graus diferenciados, ao manter certo crescimento médio acumulado nos últimos anos, as economias africanas seguem com seus problemas estruturais, embora não tenham sido ainda dramaticamente abaladas pela crise internacional.
- 28** No Brasil, maior economia da América Latina, há problemas naturais, advindos do contexto externo adverso, com particular impacto na capacidade exportadora, tendente a diminuir ante as dificuldades de compra de vários de seus parceiros no Norte.
- 29** Nos países da América Latina, muito acoplados à economia norte-americana, como o México, vivem-se momentos de grande dificuldade ante a crise internacional do capitalismo.
- 30** Na África do Sul, país sede da Copa do Mundo de Futebol de 2010, não se distingue influência da crise atual do capitalismo ante o ritmo de construção de estádios e da infraestrutura para o evento internacional que se aproxima.
- 31** Na Argentina, país vizinho e membro do MERCOSUL, aplicou-se recentemente o expediente protecionista na compra de produtos brasileiros, sob alegação fundamentada no atual contexto de crise.

Acerca do trabalho, da tecnologia e do desenvolvimento sustentável, julgue os itens subsequentes.

- 32** No contexto da globalização em que hoje se vive, o mundo do trabalho ainda é uma obrigação do Estado, sendo que a grande maioria dos habitantes do planeta, em idade produtiva, tem um trabalho regular e proteções legais trabalhistas.
- 33** Se um braço da evolução tecnológica contemporânea é a renovação rápida do conhecimento aplicado a inovações, uma contrapartida dessa evolução é a crescente robotização dos processos produtivos, que reduzem a presença das forças de trabalho massivas.
- 34** O desenvolvimento sustentável, uma utopia para o mundo atual, é anseio de todos os setores sociais e políticos dos países centrais do capitalismo.
- 35** Regiões no Brasil como a Amazônia necessitam ainda de melhor aproveitamento de seus recursos naturais e humanos em projeto sustentável e soberano de desenvolvimento que beneficie suas populações e o país no seu conjunto.

Texto para os itens de 36 a 45

Denomina-se proposição toda frase que pode ser julgada como verdadeira — V — ou falsa — F —, mas não como V e F simultaneamente. As proposições simples são aquelas que não contêm mais de uma proposição como parte. As proposições compostas são construídas a partir de outras proposições, usando-se símbolos lógicos e parênteses para evitar ambiguidades. As proposições são usualmente simbolizadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Uma proposição composta na forma $A \vee B$, chamada disjunção, é lida como “A ou B” e tem valor lógico F se A e B são F, e V, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \wedge B$, chamada conjunção, é lida como “A e B” e tem valor lógico V se A e B são V, e F, nos demais casos. Uma proposição composta na forma $A \rightarrow B$, chamada implicação, é lida como “se A, então B” e tem valor lógico F se A é V e B é F, e V, nos demais casos. Além disso, $\neg A$, que simboliza a negação da proposição A, é V se A for F, e é F se A for V.

A partir do texto, julgue os itens a seguir.

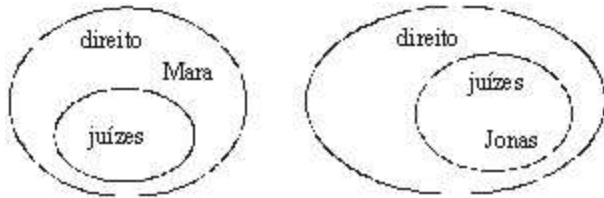
- 36** Na sequência de frases abaixo, há três proposições.
- ▶ Quantos tribunais regionais do trabalho há na região Sudeste do Brasil?
 - ▶ O TRT/ES lançou edital para preenchimento de 200 vagas.
 - ▶ Se o candidato estudar muito, então ele será aprovado no concurso do TRT/ES.
 - ▶ Indivíduo com 50 anos de idade ou mais não poderá se inscrever no concurso do TRT/ES.
- 37** A negação da proposição “O juiz determinou a libertação de um estelionatário e de um ladrão” é expressa na forma “O juiz não determinou a libertação de um estelionatário nem de um ladrão”.
- 38** Caso a proposição “No Brasil havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, mas, no estado do Espírito Santo, essa média era de 13 juizes” tenha valor lógico V, também será V a proposição “Se no Brasil não havia, em média, em 2007, seis juizes para cada 100 mil habitantes na justiça do trabalho estadual, então, no estado do Espírito Santo, essa média não era de 13 juizes”.
- 39** As proposições $(\neg A) \vee (\neg B)$ e $A \rightarrow B$ têm os mesmos valores lógicos para todas as possíveis valorações lógicas das proposições A e B.

Uma dedução é uma sequência de proposições em que algumas são premissas e as demais são conclusões. Uma dedução é denominada válida quando tanto as premissas quanto as conclusões são verdadeiras. Suponha que as seguintes premissas sejam verdadeiras.

- I Se os processos estavam sobre a bandeja, então o juiz os analisou.
- II O juiz estava lendo os processos em seu escritório ou ele estava lendo os processos na sala de audiências.
- III Se o juiz estava lendo os processos em seu escritório, então os processos estavam sobre a mesa.
- IV O juiz não analisou os processos.
- V Se o juiz estava lendo os processos na sala de audiências, então os processos estavam sobre a bandeja.

A partir do texto e das informações e premissas acima, é correto afirmar que a proposição

- 40** “Se o juiz não estava lendo os processos em seu escritório, então ele estava lendo os processos na sala de audiências” é uma conclusão verdadeira.
- 41** “Se os processos não estavam sobre a mesa, então o juiz estava lendo os processos na sala de audiências” não é uma conclusão verdadeira.
- 42** “Os processos não estavam sobre bandeja” é uma conclusão verdadeira.
- 43** “Se o juiz analisou os processos, então ele não esteve no escritório” é uma conclusão verdadeira.



Nos diagramas acima, estão representados dois conjuntos de pessoas que possuem o diploma do curso superior de direito, dois conjuntos de juizes e dois elementos desses conjuntos: Mara e Jonas. Julgue os itens subsequentes tendo como referência esses diagramas e o texto.

- 44** A proposição “Mara é formada em direito e é juíza” é verdadeira.
- 45** A proposição “Se Jonas não é um juiz, então Mara e Jonas são formados em direito” é falsa.

Julgue os itens seguintes, acerca de contagem e probabilidades.

- 46** Se, em um concurso público com o total de 145 vagas, 4.140 inscritos concorrerem a 46 vagas para o cargo de técnico e 7.920 inscritos concorrerem para o cargo de analista, com provas para esses cargos em horários distintos, de forma que um indivíduo possa se inscrever para os dois cargos, então a probabilidade de que um candidato inscrito para os dois cargos obtenha uma vaga de técnico ou de analista será inferior a 0,025.
- 47** Considere que a corregedoria-geral da justiça do trabalho de determinado estado tenha constatado, em 2007, que, no resíduo de processos em fase de execução nas varas do trabalho desse estado, apenas 23% tiveram solução, e que esse índice não tem diminuído. Nessa situação, caso um cidadão tivesse, em 2007, um processo em fase de execução, então a probabilidade de seu processo não ser resolvido era superior a $\frac{4}{5}$.
- 48** Se, em determinado tribunal, há 54 juizes de 1.º grau, entre titulares e substitutos, então a quantidade de comissões distintas que poderão ser formados por 5 desses juizes, das quais os dois mais antigos no tribunal participem obrigatoriamente, será igual a 35.100.
- 49** Existem menos de 4×10^5 maneiras distintas de se distribuir 12 processos entre 4 dos 54 juizes de 1.º grau de um tribunal de forma que cada juiz receba 3 processos.
- 50** Se, de um grupo de pessoas formado por 15 graduados em direito, 12 graduados em arquitetura e 11 graduados em estatística, 5 forem graduados em direito e estatística; 8, em direito e arquitetura; 4, em arquitetura e estatística; e 3, em direito, arquitetura e estatística, então, nesse grupo, haverá mais de 5 pessoas graduadas somente em direito.

Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; TRT = Tribunal Regional do Trabalho; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Quanto à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 51** Segundo a CF, os estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexar a outros, ou formar novos estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- 52** A CF veda a criação de novos territórios.
- 53** O Brasil caracteriza-se por ser um Estado unitário, o qual possui governo único, conduzido por uma única entidade política, que exerce, de forma centralizada, o poder político.

Acerca dos princípios, dos direitos e das garantias fundamentais previstos na CF, julgue os itens seguintes.

- 54** A separação dos Poderes no Brasil adota o sistema norte-americano *checks and balances*, segundo o qual a separação das funções estatais é rígida, não se admitindo interferências ou controles recíprocos.
- 55** Segundo a CF, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 56** A CF prevê que não se concede extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião, porém os brasileiros naturalizados podem ser extraditados em caso de crime comum, praticado antes da naturalização.
- 57** Segundo a CF, deve ser concedido *habeas data* sempre que a ausência de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do Poder Judiciário e do Ministério Público.

- 58** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as ações oriundas da relação de trabalho devem ser julgadas pela justiça do trabalho, excluídas as que envolvam os entes de direito público externo e da administração pública direta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- 59** O Ministério Público brasileiro é composto pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal. O Ministério Público do Trabalho é um dos ramos do Ministério Público Federal.
- 60** Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que Estado estrangeiro ou organismo internacional forem partes, de um lado, e, do outro, município ou pessoa residente ou domiciliada no país.

Julgue os itens **61** e **62**, acerca de licitações e contratos administrativos.

- 61** Em razão do princípio da competitividade, a Lei n.º 8.666/1993 não admite, na licitação de obras e serviços, ainda que destinados aos mesmos fins, o estabelecimento de projetos padronizados por tipos, categorias ou classes. De igual modo, são vedadas, nas compras, padronizações que imponham a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho.

- 62** O contrato administrativo possui como uma de suas características a natureza *intuitu personae*. Por essa razão, a lei veda a subcontratação, total ou parcial, do objeto do contrato, a associação do contratado com outrem, bem como a cessão ou transferência, salvo se estiverem expressamente previstas no edital da licitação e no contrato.

Com relação às disposições da Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 63** Os cargos públicos para provimento em caráter efetivo ou em comissão somente podem ser criados por lei.
- 64** São requisitos básicos para a investidura em cargo público, entre outros, o gozo dos direitos políticos e a quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- 65** O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que antes ocupava. Nessa hipótese, o servidor pode perceber, simultaneamente e por prazo determinado, a remuneração de ambos os cargos.

Tendo em vista as disposições da Lei n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e da Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal, julgue os itens subseqüentes.

- 66** Podem ser sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa o agente público e terceiro que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- 67** O órgão competente perante o qual tramite o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências. A inobservância da lei no que diz respeito à intimação é causa de nulidade, porém o comparecimento do administrado supre a sua falta ou irregularidade.

A respeito do poder de polícia administrativa e dos atos administrativos, julgue os itens que se seguem.

- 68** A administração exerce o poder de polícia por meio de atos e operações materiais de aplicação da lei ao caso concreto, compreendendo medidas preventivas e repressivas. A edição, pelo Estado, de atos normativos de alcance geral não pode ser considerada meio adequado para o exercício do poder de polícia.
- 69** Em algumas circunstâncias, pode um agente transferir a outro funções que originariamente lhe são atribuídas, fato esse denominado delegação de competência. Entretanto, não se admite delegar a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- 70** O ato administrativo nulo, por ter vício insanável, opera sempre efeitos *ex tunc*, isto é, desde então. Dessa forma, mesmo terceiros de boa-fé são alcançados pelo desfazimento de todas as relações jurídicas que se originaram desse ato.

Julgue os itens a seguir, a respeito do direito do trabalho.

- 71** O salário-família é um direito assegurado na CF aos trabalhadores, inclusive à categoria dos empregados domésticos.
- 72** O princípio da norma mais favorável ao trabalhador não deve ser entendido como absoluto, não sendo aplicado, por exemplo, quando existirem leis de ordem pública a respeito da matéria.
- 73** No direito do trabalho, aplica-se o princípio da primazia da realidade, que concede aos fatos um valor maior que aos documentos.
- 74** A idade mínima para a celebração do contrato de trabalho é de 18 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.
- 75** Os contratos de trabalho têm prazo indeterminado ou determinado. Para este, observam-se os seguintes requisitos: serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a determinação do prazo; atividades empresariais de caráter transitório; ou contrato de experiência.
- 76** O limite máximo para a duração de um contrato de experiência é de 90 dias.
- 77** Existe a possibilidade de uma pessoa jurídica figurar como empregada em um contrato de trabalho, por exemplo, na empreitada.
- 78** O elemento diferenciador entre o empregado e o trabalhador autônomo é a subordinação.
- 79** A CLT instituiu a responsabilidade solidária entre as empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico. Para que se possa caracterizar o grupo econômico, é necessária a existência da natureza econômica do grupo de empresas.
- 80** Para que se possa executar uma das empresas de um grupo econômico, é necessário que ela tenha sido parte na fase de conhecimento do processo.
- 81** As férias são exemplo típico de suspensão do contrato de trabalho.
- 82** O empregado eleito para o cargo de diretor e que não permaneça subordinado a nenhum outro cargo tem o seu contrato de trabalho suspenso.
- 83** O acordo de prorrogação de horas pode ser celebrado de forma verbal.
- 84** O acordo de prorrogação de horas implica, para o empregado, a obrigatoriedade de fazer horas extras quando requisitado, por até duas horas diárias.
- 85** Entre duas jornadas de trabalho, deve haver intervalo mínimo de 11 horas consecutivas.

Considerando a organização e a competência da justiça do trabalho, julgue os itens de **86** a **89**.

- 86** A ação de indenização de dano moral decorrente de acidente do trabalho não é de competência da justiça do trabalho, considerando-se integrar, obrigatoriamente, no polo passivo, a previdência social.
- 87** O juiz do trabalho ingressa na carreira como substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, no qual se exige do bacharel em direito no mínimo três anos de atividade jurídica e se obedece, nas nomeações, à ordem de classificação.

- 88** Entre os deveres precípuos do juiz titular da vara do trabalho, estão o de residir dentro dos limites de sua jurisdição e o de não poder ausentar-se sem a licença do presidente do respectivo TRT.
- 89** Os dissídios oriundos das relações entre empregados e empregadores, bem como entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviços, em atividades reguladas na legislação social, são dirimidos pela justiça do trabalho, de acordo com o disposto em título específico da CLT e na forma estabelecida pelo processo judiciário do trabalho.

Com base na jurisdição e na competência das varas do trabalho, dos TRTs e do TST, julgue os itens subsequentes.

- 90** O regimento interno de cada TRT dispõe sobre a constituição e o funcionamento do grupo normativo, bem como dos seus demais grupos de turmas do TRT.
- 91** É da competência da Seção de Dissídios Coletivos do TST aprovar os precedentes da jurisprudência predominante em dissídios coletivos.
- 92** Inexiste possibilidade de juízes de direito atuarem na área trabalhista, considerando-se ser a justiça do trabalho especializada.

Considerando a execução, a citação, o depósito da condenação, a nomeação de bens e o mandado de penhora, julgue os itens subsequentes.

- 93** Não há previsão legal no processo trabalhista de execução de título extrajudicial.
- 94** As contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, somente serão executadas após provocação da União.
- 95** É admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, limitada a determinado percentual, desde que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades.

Julgue os próximos itens, relativos às custas e aos emolumentos no processo do trabalho.

- 96** Tratando-se de empregado que não tenha obtido o benefício da justiça gratuita ou a isenção de custas, o sindicato que tenha intervindo no processo responde solidariamente pelo pagamento das custas devidas.
- 97** O carimbo do banco receptor na guia de comprovação do recolhimento das custas não supre a ausência de autenticação mecânica.
- 98** Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo, pois, as custas serem pagas ao final.
- 99** Nos dissídios coletivos, as partes respondem solidariamente pelo pagamento das custas, calculadas sobre o valor arbitrado na decisão ou pelo presidente do tribunal.
- 100** A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na demanda, salvo se beneficiária de justiça gratuita.

Acerca da vigência e da aplicação da lei no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens.

101 O eventual antagonismo entre uma lei brasileira e uma lei pertencente ao ordenamento jurídico de Portugal constitui hipótese de antinomia real.

102 A ab-rogação é a revogação parcial da lei.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das pessoas naturais e jurídicas, e do domicílio.

103 O legatário detém legitimidade para requerer em juízo a sucessão provisória do ausente.

104 Os direitos da personalidade da pessoa são compreendidos pela ótica do direito privado, enquanto as liberdades públicas correspondem a imposições legais, em face da autorização expressa ou implícita conferida pelo Estado para assegurar o gozo e o exercício daqueles direitos.

105 A uma criança com dez anos de idade é conferida pelo ordenamento jurídico brasileiro a capacidade de gozo ou de aquisição de direitos ou obrigações.

106 A fixação da residência em determinado lugar configura o elemento subjetivo inerente ao conceito legal do domicílio da pessoa natural.

A respeito do negócio jurídico, dos atos jurídicos lícitos, dos atos ilícitos, da prescrição e decadência, julgue os seguintes itens.

107 O agente capaz que contratar com pessoa absolutamente incapaz estará autorizado a invocar em seu favor a incapacidade desta, ainda que divisível a prestação objeto do direito ou da obrigação comum.

108 Configura-se a existência do negócio jurídico quando a vontade humana se manifesta somente para aderir a efeitos preestabelecidos pelo ordenamento jurídico.

109 Submetem-se ao plano da validade jurídica os fatos jurídicos *stricto sensu* e os fatos ilícitos.

110 Aplicam-se à prescrição aquisitiva as hipóteses de suspensão e interrupção do prazo prescricional previstas no Código Civil.

Julgue os itens a seguir, acerca da ação de consignação em pagamento.

111 Caso um pintor tenha sido contratado para realizar a pintura de um muro e recebido por esse contrato pagamento adiantado, mas, a todo momento que tente executar os serviços contratados, encontre obstáculos criados pelo próprio contratante, ele poderá servir-se do rito especial da ação de consignação em pagamento para cumprir a sua obrigação.

112 A possibilidade de efetuar a consignação em pagamento mediante depósito extrajudicial só existe para obrigações de pagar em dinheiro, reservando-se a outras obrigações o procedimento judicial.

Com relação às disposições gerais dos recursos, julgue os itens que se seguem.

113 Há matérias que demandam pronunciamento de ofício pelo julgador, de modo que, se o órgão julgador de uma apelação detectar que houve violação literal de disposição de lei, será possível a reforma da sentença recorrida, mesmo que isso piore a situação do recorrente.

114 A tempestividade é um dos pressupostos recursais e, em razão dela, não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo contado a partir da leitura da decisão em audiência, da intimação das partes ou da publicação do dispositivo do acórdão em órgão oficial, ressalvando-se a possibilidade de esse prazo, se ainda em curso, ser interrompido e totalmente restituído à parte no caso de falecimento de seu advogado.

Julgue os seguintes itens, a respeito do processo de execução.

115 A concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução depende da segurança do juízo e de pedido do executado, fixando-se, ainda, como requisitos alternativos a presença de risco de grave dano de difícil ou incerta reparação ou a relevância dos argumentos apresentados nos embargos.

116 Em regra, a suspensão do processo por acordo entre as partes não pode superar o limite de seis meses, salvo quanto ao processo de execução, em que se admite que essa suspensão ultrapasse o referido prazo para viabilizar acordos de parcelamento do débito.

Quanto à intervenção de terceiros, julgue os itens subsequentes.

117 O alienante pode ingressar na relação processual em que terceira pessoa reivindica a coisa vendida do adquirente como oponente com a finalidade de preservar a validade da alienação e garantir sentença favorável a este último.

118 O inquilino pode denunciar à lide o senhorio, caso uma terceira pessoa ajuíze contra o primeiro ação possessória com o fim de reaver a posse do bem alugado, já que, se houver a perda da posse em razão da ação, caberá ao senhorio pagar-lhe indenização.

Julgue os próximos itens, acerca da petição inicial e do pedido.

119 Os pedidos devem ser certos e determinados, de modo que o bem jurídico pretendido esteja definido, inclusive, quanto a sua qualidade e extensão. Contudo, a lei prevê exceção a essa exigência, deferindo ao autor a possibilidade de efetuar pedido genérico quanto à extensão do bem, em casos como os das ações universais nas quais for impossível individualizar os bens demandados.

120 A exemplo do que ocorre no caso de indeferimento liminar da petição inicial, recebida a apelação e mantida a decisão recorrida, no caso do julgamento liminar da demanda repetida, os autos serão remetidos ao tribunal independentemente da citação do réu.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Respeite o limite máximo de **trinta** linhas. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um tribunal regional do trabalho realizou licitação, na modalidade de pregão eletrônico, pelo tipo menor preço, com base nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002, nos decretos n.º 3.555/2000 e n.º 5.450/2005 e nas regras do edital, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada e desarmada para a segurança predial e patrimonial dos bens da sede do citado órgão, envolvendo dez vigilantes armados e cinco desarmados.

A sessão eletrônica de recebimento das propostas contou com a participação de três empresas, e, após a análise do preço mensal por elas ofertado, foi realizada a fase de lances, em que se definiu a seguinte ordem classificatória.

licitante	preço mensal (R\$)
Égide Segurança Ltda.	210.000,00
Confiança Serviços de Segurança Ltda.	220.000,00
Blindagem Patrimonial Ltda.	225.000,00

A Égide Segurança Ltda foi declarada a empresa que apresentou o menor preço. Passou-se, então, à fase de abertura dos envelopes de habilitação, na qual o SICAF foi utilizado como substitutivo dos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, constatando-se que todas as empresas estavam regulares junto ao citado cadastro informatizado.

O edital previa a apresentação de atestado de capacidade técnica para que as licitantes comprovassem a sua qualificação técnica, documento que, no entanto, não foi apresentado pela Égide Segurança Ltda. Esse fato foi questionado pelas demais empresas, mas foi rejeitado pelo pregoeiro, sob o fundamento de que, no pregão, o menor preço prevalece em relação aos critérios de habilitação.

Com base nos elementos que constam da situação hipotética acima, redija um texto dissertativo que atenda, à luz da legislação, necessariamente, às seguintes determinações:

- ▶ apresente uma crítica à postura do pregoeiro;
- ▶ descreva os princípios licitatórios e faça breve comentário sobre cada um deles;
- ▶ comente sobre as regras de habilitação em licitação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	